

**AA1000**

# **PRINCÍPIOS DA ACCOUNTABILITY** 2018

## CARTA PARA AS PARTES INTERESSADAS

Como é que as organizações se tornam — e permanecem — sustentáveis? E porque é que devem esforçar-se nesse sentido? As respostas a estas perguntas subsistiram e evoluíram, desde que as anteriores versões dos Princípios da AccountAbility surgiram pela primeira vez, em 1999 e 2008.

Ao longo das últimas duas décadas e, especialmente nos últimos 10 anos, as organizações tornaram-se cada vez mais focadas na sustentabilidade: o que é; por que motivo é importante; e como gerir e medir a sustentabilidade. Algumas organizações tornaram-se experientes executantes de avaliação da sustentabilidade, governança e desempenho, enquanto outras estão agora a desenvolver rapidamente a sua abordagem ou a iniciar este percurso.

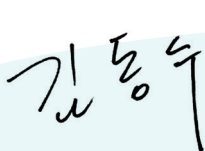
Ao mesmo tempo, uma vasta gama de partes interessadas — desde organizações sem fins lucrativos a investidores, consumidores e outras — empenhou-se de forma mais aprofundada no espírito e mecanismos da criação de valor partilhado. Cada vez mais, desafiam as organizações a definirem objetivos claros em matéria de sustentabilidade; a medirem e monitorizarem o seu progresso; e a mostrarem um desempenho com impacto em áreas de importância significativa.

Neste panorama, que está em expansão e a ganhar dinâmica, e através de um compromisso aprofundado com as nossas próprias partes interessadas, revimos os Princípios da AccountAbility de modo a que reflitam as lições aprendidas ao longo da última década e as boas práticas para o século XXI.

Concebido para ser útil para organizações, independentemente da sua dimensão ou setor, o referencial AA1000AP tem sido, desde a sua criação, um conjunto prático de princípios orientadores aceites a nível internacional e auditáveis, com os quais as organizações podem moldar eficazmente a sua estratégia de sustentabilidade e gerir com sucesso o seu desempenho de sustentabilidade. Igualmente importante, os Princípios foram sempre compatíveis com as principais normas em matéria de sustentabilidade, sistemas de certificação e referenciais de reporte.

Mantendo a sua flexibilidade e compatibilidade, esta última edição da AA1000AP apresenta atualizações importantes. Desenvolvemos os Princípios, as principais definições e discussões, e acrescentámos uma maior especificidade técnica aos critérios de adesão necessários. Também introduzimos um novo princípio abrangente, Impacto, que sublinha a priorização dos resultados e da responsabilidade, relativos à atual prática de gestão de sustentabilidade.

Convidamo-lo a apresentar o seu feedback sobre os Princípios da AccountAbility de 2018, enquanto trabalhamos continuamente para aumentar a criação de valor no seio das organizações globais e da sociedade como um todo. Por fim, agradecemos sinceramente aos que generosamente partilharam as suas perspetivas e experiência connosco, ao longo da revisão deste importante documento.



**Dongsoo Kim**  
Presidente, Comité  
Diretivo AA1000



**Assheton L. Stewart Carter**  
Presidente, AccountAbility  
Conselho das Normas



**Sunil A. Misser**  
Diretor Executivo  
AccountAbility

A tradução é aprovada pela AccountAbility, que retém os seus direitos de propriedade intelectual relativamente a esta publicação. A Tradução para português foi criada e preparada com base na versão original em língua inglesa. Apesar de serem envidados todos os esforços para garantir o rigor das traduções aprovadas e autorizadas pela AccountAbility, incluindo uma avaliação independente pelos pares, a versão inglesa faz fé. A versão mais recente do texto em língua inglesa pode ser consultada em [www.accountability.org/standards](http://www.accountability.org/standards)

Revisto pela PwC Portugal

Revisto tendo em vista a compatibilidade com o português do Brasil pela Conecta Consultores, Brasil  
ENVIO DE COMENTÁRIOS

E-mail: [standards@accountability.org](mailto:standards@accountability.org)

## ACERCA DA ACCOUNTABILITY

A AccountAbility é uma empresa global de normas de consultoria e sustentabilidade, que trabalha com empresas, governos e organizações multilaterais, para promover práticas empresariais responsáveis e melhorar o desempenho a longo prazo. Desde 1995, a AccountAbility tem vindo a apoiar empresas, organizações sem fins lucrativos e governos, na incorporação de responsabilização ética, ambiental, social e de governança no seu ADN organizacional.

O trabalho da AccountAbility baseia-se na Série de Normas da AA1000, que assentam nos Princípios de:

**Inclusão** – As pessoas devem ter uma palavra a dizer nas decisões que as afetam.

**Materialidade** – Os decisores devem identificar e indicar com clareza os tópicos de sustentabilidade que são relevantes.

**Capacidade de resposta** – As organizações devem agir de forma transparente sobre tópicos de sustentabilidade relevantes e os impactos relacionados.

**Impacto** – As organizações devem monitorizar, medir e responsabilizar-se pela forma como as suas ações afetam os seus ecossistemas mais alargados.

Fazendo parte da nossa Série de Normas, a nova AA1000AP (2018) é um referencial internacionalmente aceite, assente em princípios e orientações, que as organizações podem utilizar para identificar, priorizar e responder aos desafios de sustentabilidade, para melhorar o desempenho a longo prazo.

## O CONSELHO DAS NORMAS DA ACCOUNTABILITY

O Conselho das Normas da AccountAbility aprova a estratégia de normas e supervisiona o desenvolvimento contínuo das normas utilizadas por instituições em todo o mundo. A composição do Conselho foi concebida de modo a permitir uma representação ampla dos setores público e privado, sociedade civil e da comunidade envolvida nas normas.

Os membros do Conselho das Normas da AccountAbility são:

<b>Sr.ª Amy Springsteel</b>	Vice-Presidente Adjunta, Responsabilidade Empresarial, Voya Financial, EUA
<b>Sr. Anant Nadkarni</b>	Assessor e Consultor de Sustentabilidade Empresarial e Liderança; Ex-Presidente de Sustentabilidade e CSR, Grupo TATA, Índia
<b>Dr. Assheton L. Stewart Carter</b>	Diretor do Conselho Consultivo, Equitable Origin; Diretor-Geral, Dragonfly Initiative, EUA (Presidente, Conselho das Normas da AccountAbility)
<b>Sr. Dongsoo Kim</b>	Diretor do Centro de Gestão de Sustentabilidade no Centro de Produtividade da Coreia (KPC), Coreia do Sul (Presidente, Comité Diretivo AA1000)
<b>Dr.ª Natasha M. Matic</b>	Responsável pela Estratégia, King Khalid Foundation (KKF), Arábia Saudita e EUA

## AGRADECIMENTOS

O Conselho das Normas da AccountAbility agradece em especial, os contributos dos seguintes representantes da AccountAbility, que prestaram apoio significativo ao Grupo de Trabalho AA1000AP através da autoria, análise crítica, conhecimento especializado sobre o assunto, coordenação do projeto, orientação do projeto e outros contributos valiosos:

Sr. Sunil A. Misser, Chief Executive Officer; Sr. David Pritchett, Global Head of Research; Sr. Udaya Nanayakkara, Normas da AccountAbility; e Sr. Daniel Metzger, Managing Associate.

# CONTEÚDOS

<b>VISÃO GERAL DA AA1000AP (2018)</b>	<b>06</b>
PARA NOVOS UTILIZADORES	06
PARA EXECUTANTES NA GENERALIDADE E UTILIZADORES ANTERIORES	07
 <b>1</b>	
<b>PREFÁCIO</b>	<b>08</b>
O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA AA1000AP (2018)	09
ESTRUTURA DA AA1000AP (2018)	09
 <b>2</b>	
<b>OBJETIVO, ÂMBITO E PRINCIPAIS VANTAGENS DA AA1000AP (2018)</b>	<b>11</b>
 <b>3</b>	
<b>OS PRINCÍPIOS AA1000 DA ACCOUNTABILITY</b>	<b>16</b>
 <b>O PRINCÍPIO DA INCLUSÃO</b>	<b>17</b>
PRINCÍPIO	17
DEFINIÇÕES CHAVE	17
DISCUSSÃO	18
CRITÉRIOS DE ADESÃO NECESSÁRIOS	19

<b>O PRINCÍPIO DA MATERIALIDADE</b>	<b>20</b>
PRINCÍPIO	20
DEFINIÇÕES CHAVE	20
DISCUSSÃO	20
CRITÉRIOS DE ADESÃO NECESSÁRIOS	22

<b>O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA</b>	<b>23</b>
PRINCÍPIO	23
DEFINIÇÕES CHAVE	23
DISCUSSÃO	23
CRITÉRIOS DE ADESÃO NECESSÁRIOS	24

<b>O PRINCÍPIO DO IMPACTO</b>	<b>26</b>
PRINCÍPIO	26
DEFINIÇÕES CHAVE	26
DISCUSSÃO	26
CRITÉRIOS DE ADESÃO NECESSÁRIOS	28

## 4

<b>APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ACCOUNTABILITY</b>	<b>29</b>
---	-----------

<b>ADESÃO E CERTIFICAÇÃO</b>	<b>31</b>
------------------------------	-----------

## 5

<b>ANEXOS</b>	<b>32</b>
---------------	-----------

# VISÃO GERAL DA AA1000AP (2018)

## PARA NOVOS UTILIZADORES

### O QUE É A GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE?

- Melhorar o desempenho organizacional, criando ao mesmo tempo valor social, económico e ambiental
- Envolver aqueles que influenciam e impactam a organização; identificar, priorizar e gerir tópicos materiais e prestar contas sobre os impactos organizacionais

### QUAIS SÃO OS POTENCIAIS BENEFÍCIOS DA GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE?

- Eficiência em termos de custos e outras eficiências operacionais
- Melhor governança e gestão do risco e da reputação
- Contribuições para o valor social, económico e ambiental
- Inovação e novas oportunidades
- Atração e retenção de talento

### QUAIS SÃO OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA EXCELÊNCIA NA GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE?

- Identificar, priorizar e envolver-se de forma inclusiva com as partes interessadas nas organizações
- Determinar tópicos materiais de sustentabilidade
- Definir objetivos relacionados com tópicos materiais, agir e comunicar o progresso
- Medir o impacto das ações e prestar contas dos resultados

### DE QUE MODO SE ENQUADRA A AA1000AP (2018) NA ABORDAGEM DE GESTÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO?

- Fornece orientação sobre como embarcar eficazmente na gestão da sustentabilidade
- Trabalha em conjunto com as diretrizes sobre o envolvimento das partes interessadas, outras normas e referenciais para a sustentabilidade internacionais, nacionais, setoriais e/ou orientados por tópicos
- Presta-se a um processo de verificação externa

## PARA EXECUTANTES NA GENERALIDADE E UTILIZADORES ANTERIORES

### O QUE HÁ DE NOVO NA AA1000AP (2018)?

- Um Referencial de Orientação de Princípios para a Gestão da Sustentabilidade em vez de uma Norma (prescritiva)
- Apresenta um quarto Princípio abrangente — Impacto — que apoia a gestão e a responsabilização baseada em resultados
- Atualiza Princípios, definições chave e discussões relacionadas
- Acrescenta especificidade técnica aos critérios de adesão necessários
- Ilustra graficamente a relação entre os Princípios e a sua flexibilidade útil para organizações em diferentes fases da gestão da sustentabilidade
- Facilita um maior alinhamento com outros referenciais e normas de referência na sustentabilidade, através de atualizações de conteúdo
- Esclarece o conteúdo através da utilização de diagramas e outros visuais
- Disponibiliza mais detalhes sobre a missão de uma "organização responsável"
- Clarifica o alinhamento com as Normas relacionadas da AccountAbility

### NORMAS RELACIONADAS

- *AA1000 Assurance Standard (AA1000AS)*
- *AA1000 Stakeholder Engagement Standard (AA1000SES)*

# PREFÁCIO



## PREFÁCIO

### O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA AA1000AP (2018)

Ao longo de duas décadas, a AccountAbility testemunhou um **aumento da procura por parte de organizações para identificar, avaliar e medir os impactos das suas atividades no desenvolvimento sustentável — procura que emana de iniciativas voluntárias globais, regulamentação governamental e expectativas dos investidores e de outras partes interessadas.**

Face a este cenário, a AA1000AP (2018) foi desenvolvida com base num processo abrangente, global e com a intervenção de várias partes interessadas. O processo foi supervisionado por um Grupo de Trabalho dedicado, formado em 2016, e composto por especialistas de várias organizações de partes interessadas, áreas geográficas e temáticas.

Com base em pesquisas aprofundadas em torno dos Princípios da AccountAbility, tendências de mercado em matéria de sustentabilidade e orientações, referenciais e normas internacionais relevantes, o Grupo de Trabalho AA1000AP apoiou uma equipa central da AccountAbility no desenvolvimento de orientações claras, relevantes, fáceis de aplicar e baseadas em princípios, para organizações que trabalham em prol da sustentabilidade e da comunidade de partes interessadas.

Os documentos preliminares foram disponibilizados para apreciação pública, através da plataforma eletrónica acessível globalmente, [collaborase.com](http://collaborase.com), em janeiro e fevereiro de 2017, e foram posteriormente analisados e revistos<sup>1</sup>. O documento final foi acordado pelo Grupo de Trabalho AA1000AP e enviado ao Conselho das Normas da AccountAbility, que aprovou a sua publicação em abril de 2018, para entrar em vigor imediatamente para utilização. A organização que procure verificação utilizando a Norma de Verificação AA1000, pode utilizar a AA1000AP para relatórios publicados após 1 de janeiro de 2019.

### ESTRUTURA DA AA1000AP (2018)

A AA1000AP (2018) está estruturada em três secções principais.

A Introdução apresenta o **objetivo, âmbito e vantagens da AA1000AP (2018)** e identifica os utilizadores aos quais se destina. Esta secção também descreve como os Princípios da AccountAbility podem ser aplicados a questões de prestação de contas e orientações sobre sustentabilidade, por organizações de todos os tipos e dimensões. A AA1000AP (2018) também pode ser utilizada por outras partes interessadas, incluindo os organismos de normalização, investidores e entidades de certificação — para melhor compreender como as organizações que utilizam estes Princípios gerem, incentivam e melhoram o comportamento, desempenho e comunicação em termos de sustentabilidade.

A segunda secção apresenta individualmente cada um dos quatro Princípios da AccountAbility, incluindo **declarações do Princípio, definições chave**, uma **discussão** detalhada e os **critérios necessários** para apoiar a sua implementação e, se necessário, a sua verificação externa.

A terceira secção discute a **natureza inter-relacionada dos Princípios** e a ordem pela qual uma organização pode interagir com eles. Também faz uma antevisão dos processos de **adesão e verificação**.

A AA1000AP (2018) termina com Anexos que incluem uma cronologia da evolução das Normas da AccountAbility e um glossário de termos.

<sup>1</sup> Este documento deve ser aplicado a nível global e foi utilizado o idioma inglês do Reino Unido em todos os documentos por uma questão de consistência. À medida que forem criadas versões noutros idiomas, as mesmas podem ser descarregadas em [www.accountability.org/standards](http://www.accountability.org/standards)

A AA1000AP (2018) APRESENTA OS QUATRO PRINCÍPIOS NO SEGUINTE FORMATO:

★ PRINCÍPIO

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIO

**Declaração de Princípio** — Apresentado em grande com o tipo de cor Aqua Blue no início de cada secção.

🔍 DEFINIÇÕES CHAVE

Texto de definição chave

**Definições chave**— Em destaque numa caixa azul escura.

**Estilo de texto de discussão** — Texto do corpo da discussão

**Discussão** — Aparece como texto do corpo dentro de cada secção.

✔ CRITÉRIOS DE ADESÃO NECESSÁRIOS

Texto dos critérios de adesão necessários

**Critérios de adesão necessários** — Indicados no final de cada secção numa caixa laranja.

# OBJETIVO, ÂMBITO E PRINCIPAIS VANTAGENS DA AA1000AP (2018)

## OBJETIVO, ÂMBITO E PRINCIPAIS VANTAGENS DA AA1000AP (2018)

### OBJETIVO

*O objetivo da AA1000AP (2018) é fornecer às organizações um conjunto prático de princípios orientadores e internacionalmente aceites com os quais podem avaliar, gerir, melhorar e comunicar o seu desempenho de responsabilidade e sustentabilidade.*

O referencial AA1000AP (2018) fornece orientações sobre como as organizações podem tornar-se e permanecer responsáveis, pelos seus resultados e impactos mais amplos no ecossistema.

### DEFINIÇÕES CHAVE



**Responsabilização** é o estado de reconhecer, assumindo a responsabilidade por e ser transparente sobre os **impactos das políticas, decisões, ações, produtos, serviços de uma organização e sobre o desempenho associado.**

Quando uma organização se responsabiliza totalmente, procura **envolver as partes interessadas na identificação, compreensão e resposta a tópicos e preocupações de sustentabilidade materiais**, e comunicar e informar as partes interessadas relativamente às decisões, ações e desempenho da pessoa.

A responsabilização compreende a forma como uma organização **define a estratégia, orienta e gere o desempenho.**

### AS ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS TOMAM MEDIDAS PARA:

- estabelecer a governança interna, estruturas, políticas e processos relevantes;
- identificar as necessidades e expectativas das partes interessadas relevantes, como parte da sua tomada de decisão;
- desenvolver uma estratégia baseada numa compreensão abrangente e equilibrada de resposta a tópicos materiais de sustentabilidade e a preocupações das partes interessadas;
- estabelecer objetivos sobre os quais a estratégia da organização e o desempenho associado possam ser medidos, avaliados, geridos e monitorizados; e
- divulgar informações credíveis e verificáveis sobre a estratégia, objetivos, normas e desempenho às partes interessadas que, de forma parcial ou integral, baseiem as suas decisões e ações nestas informações.

## ÂMBITO

A AA1000AP (2018), aplicável a organizações de todos os tipos e dimensões, destina-se principalmente às organizações que pretendam desenvolver uma abordagem aberta, responsável e estratégica, para gerir o desempenho da sustentabilidade.

**Disponibiliza um guia prático para a implementação de um conjunto verificável de princípios com critérios claros e pode ser utilizado em conjunto com qualquer norma ou orientação em matéria de sustentabilidade baseada em setores, mercado ou tópico.**

Conforme observado na *Figura 1a*, o Princípio do Impacto tem uma importância central no processo de responsabilização e apoia as interações entre Inclusão, Materialidade e Capacidade de Resposta. Os Princípios da AccountAbility destinam-se a orientar, não apenas as operações internas de uma organização, mas também a gestão da sua cadeia de valor, incluindo os seus fornecedores, parceiros comerciais e clientes.

Figura 1a: Os Princípios da AccountAbility

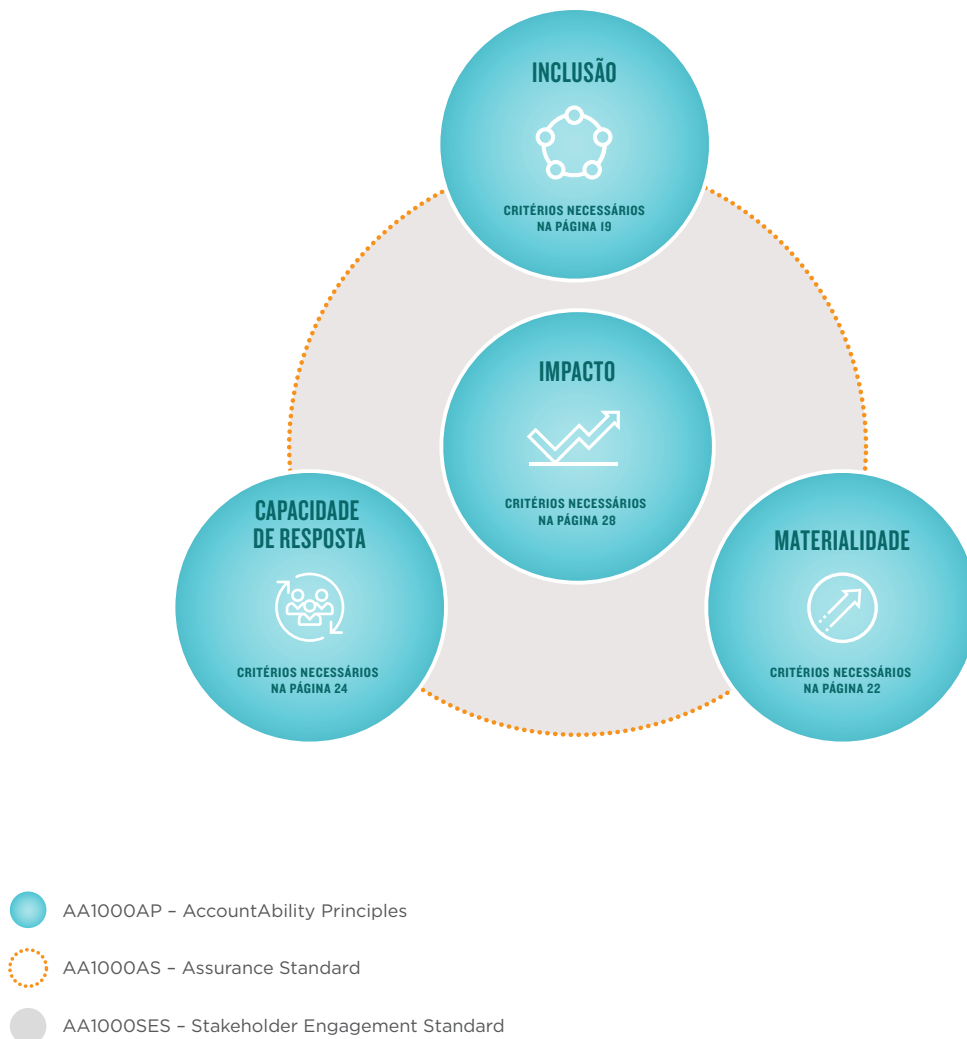


A aplicação dos Princípios deve ser consistente com os limites de divulgação mantidos nos relatórios da organização e estar em consonância com o seu ano fiscal e o modelo de propriedade organizacional correspondente, quando aplicável, para garantir que a informação partilhada com as partes interessadas está alinhada com os relatórios financeiros da organização.

Cada um dos Princípios da AccountAbility, conforme definido neste documento, pode ter outras definições nas normas nacionais, leis locais e divulgações financeiras ou regulamentares necessárias. No caso das definições não se complementarem, a definição prevalecente, conforme utilizada pela organização para cumprir o requisito correspondente, deve ser claramente explicada na divulgação, incluindo nos casos em que exista qualquer variação.

Os Princípios da AccountAbility formam o núcleo da Série de Normas AA1000 (*Figura 1b*). Os Princípios de 2018 continuarão a servir de base à nossa AA1000 Stakeholder Engagement Standard (AA1000SES) — norma líder global da AccountAbility para um envolvimento de elevada qualidade das partes interessadas. Os Princípios também foram concebidos para serem sujeitos a verificação externa, por parte de entidades verificadoras licenciadas pela AccountAbility, utilizando a AA1000 Assurance Standard (AA1000AS).

**Figura 1b: Visão geral das Normas AA1000**



## VANTAGENS CHAVE

Os Princípios AA1000 da AccountAbility oferecem simplicidade, cobertura abrangente e flexibilidade de aplicação. A adoção dos Princípios pode fornecer às chefias uma estrutura robusta e relevante, assente num quadro externo legítimo, para gerir o desempenho da sua organização em matéria de sustentabilidade.

Os Princípios orientam uma organização para:

- interagir ativa e significativamente com as suas partes interessadas;
- identificar integralmente as áreas de sustentabilidade que têm impacto tanto no seu desempenho não financeiro como no desempenho financeiro a longo prazo; e
- utilizar este conhecimento para desenvolver estratégias organizacionais claras e objetivos de desempenho equilibrados em matéria de sustentabilidade.

Os Princípios também proporcionam um referencial e uma base para ajudar as organizações a determinar a sua própria visão, crenças, estratégia e objetivos relacionados com o desempenho em matéria de sustentabilidade. Além disso, os Princípios podem ajudar a uma organização a gerir o risco de conformidade e não financeiro, bem como identificar oportunidades e compreender o impacto das suas ações em ecossistemas mais alargados.

### VANTAGENS DA IMPLEMENTAÇÃO EFICAZ DOS PRINCÍPIOS AA1000 DA ACCOUNTABILITY

- **Permite a ligação** a uma **abordagem baseada em princípios internacionalmente reconhecidos e aceites** para **a gestão do desempenho a longo prazo**.
- **Complementa**, e pode ser utilizada com outras **normas, referenciais e diretrizes** internacionais, nacionais, setoriais **e/ou** orientados por tópicos **e relacionados com a sustentabilidade**.
- Quando utilizada em combinação com a AA1000 Assurance Standard (2019) por entidades verificadoras licenciadas pela AccountAbility, a AA1000AP:
  - **melhora a confiança nas divulgações**, no reforço da confiança e credibilidade relativamente à qualidade das informações divulgadas publicamente, sobre o desempenho em matéria de sustentabilidade;
  - **retira conclusões** sobre o alinhamento, qualidade e rigor das práticas gerais de gestão e comunicação de uma organização com os fundamentais Princípios AA1000 da AccountAbility;
  - **demonstra a verificação externa da gestão da sustentabilidade e desempenho não financeiro** de acordo com os Princípios da AccountAbility.
- Estabelece um **referencial responsivo** para **captar o sentimento das partes interessadas, promover a confiança**, e, em última análise, **melhorar as relações com as partes interessadas**.
- **Promove práticas de governança eficazes, melhorando o perfil de risco de uma organização**.
- **Melhora a eficiência organizacional** e a **afetação eficaz de recursos**.
- **Melhora a robustez, responsabilidade e relevância das decisões tomadas** pela organização.

# OS PRINCÍPIOS AA1000 DA ACCOUNTABILITY



## O PRINCÍPIO DA INCLUSÃO

### ★ PRINCÍPIO

**AS PESSOAS DEVEM TER UMA OPINIÃO NAS DECISÕES QUE TÊM IMPACTO NELAS.**

### 🔍 DEFINIÇÕES CHAVE



O **princípio de inclusão** identifica ativamente as partes interessadas e permite a sua participação na definição dos **tópicos relevantes de sustentabilidade** e na **criação de uma resposta estratégica** para os mesmos.

Uma **organização inclusiva aceita a sua responsabilidade** perante aqueles sobre os quais tem impacto e aqueles que têm impacto sobre si.

Figura 2: Estabelecimento do princípio de Inclusão



## DISCUSSÃO

### IDENTIFICAR AS PARTES INTERESSADAS EXTERNAS E INTERNAS

As partes interessadas são os indivíduos, grupos de indivíduos e/ou organizações que afetam e/ou podem ser afetados pelas atividades, produtos ou serviços de uma organização e pelo desempenho associado a esta.

As organizações têm geralmente muitas partes interessadas, cada uma com diferentes tipos e níveis de envolvimento, e frequentemente com interesses e preocupações diversas que, por vezes, estão em conflito entre si.

INCLUSÃO é mais do que um processo de envolvimento das partes interessadas. Uma organização tem o compromisso de ser responsável perante as suas partes interessadas e de viabilizar a participação destas na identificação de tópicos materiais relevantes em matéria de sustentabilidade e nas respetivas soluções.

INCLUSÃO também implica a colaboração interna a todos os níveis de uma organização, através da governança, estratégia, gestão e operações, para alcançar uma melhoria contínua. É um esforço organizacional coletivo, e não uma abordagem descendente, que apoia uma implementação eficaz dos Princípios.

Conforme observado na *Figura 2*, a maioria das organizações tem muitos tipos de partes interessadas, que influenciam e impactam a organização e são influenciadas e impactadas pela mesma. A concretização da Inclusão requer um processo definido de compromisso e participação destas partes interessadas. O objetivo é permitir o envolvimento total e equilibrado das partes interessadas, nos diversos processos de tomada de decisão da organização relacionados com a sustentabilidade, que conduzem a estratégias, planos, ações e efeitos que abordam e dão resposta a tópicos e impactos materiais de forma responsável.

### IMPLEMENTAÇÃO DO ENVOLVIMENTO

Para iniciar o processo de compromisso, uma organização deve desenvolver uma compreensão abrangente sobre:

- as suas partes interessadas;
- as suas necessidades e preocupações; e
- o impacto (onde o impacto representa uma influência significativa) das suas estratégias e operações sobre as mesmas.

A forma como uma organização se envolve e comunica com partes interessadas irá depender das capacidades de ambos e, frequentemente, da maturidade da relação existente.

Aceitar responsabilidade perante aqueles com quem se tem um impacto (ou seja, as suas partes interessadas), não significa que uma organização tenha de satisfazer todos os pedidos dessas partes interessadas a todo o momento, nem que seja dispensada da responsabilidade de tomar as suas próprias decisões.

Uma organização terá muitos fatores a considerar, ao determinar até que ponto irá envolver as partes interessadas na sua tomada de decisões e como irá comunicar com elas. Embora nem todos os pedidos e exigências resultantes do envolvimento possam ser considerados relevantes ou legítimos, é de extrema importância que as organizações considerem as opiniões das partes interessadas, que normalmente têm poucos meios de influência na aceção habitual, e pouca ou nenhuma voz.

Além disso, um compromisso eficaz exige que as partes interessadas também sejam responsáveis por comportamentos e práticas responsáveis.

O envolvimento com as partes interessadas relevantes num formato apropriado, através de canais apropriados e com uma periodicidade suficiente para ter em conta a natureza dinâmica da conjuntura das partes interessadas, constitui um pilar central na determinação eficaz dos tópicos materiais de sustentabilidade.

Os resultados do envolvimento com as partes interessadas e das respostas das partes interessadas, incluindo planos de ação formalizados, devem informar a estratégia, governança e gestão operacional de uma organização.

A AA1000 Stakeholder Engagement Standard (AA1000SES) estabelece a referência para um envolvimento de alta qualidade e é recomendada como um ponto de partida útil para as organizações empenhadas em alcançar a Inclusão. A AA1000SES é um referencial geralmente aplicável para a avaliação, conceção, implementação e comunicação do envolvimento de qualidade das partes interessadas do qual as organizações, independentemente da sua dimensão, podem beneficiar.

### ✓ CRITÉRIOS DE ADEÇÃO NECESSÁRIOS

Os seguintes itens de ação foram desenvolvidos para orientar as organizações na aplicação do Princípio da Inclusão e na monitorização do seu próprio progresso na sua aplicação. O cumprimento dos critérios conduz à adesão ao Princípio. Estes critérios são também utilizados por entidades verificadoras, para avaliar a implementação do Princípio por parte de uma organização.

#### COMPROMISSO, INTEGRAÇÃO E CRIAÇÃO DE CAPACIDADES

1. Formalizar um compromisso do mais alto órgão de governança da organização, no sentido de ser responsável perante as partes interessadas.
2. Integrar os processos de compromisso das partes interessadas na governança, estratégia e processos de tomada de decisão relevantes em toda a organização, procurando uma participação das altas chefias, entre as diferentes funções e geografias, conforme apropriado.
3. Estabelecer o âmbito e os objetivos da participação das partes interessadas.
4. Integrar o compromisso e as respostas das partes interessadas em políticas relevantes, procedimentos e sistemas operacionais, por exemplo, realizando análises de risco, avaliações de materialidade e definindo e monitorizando objetivos significativos.
5. Assegurar que as competências e recursos necessários são alocados e estão disponíveis para o compromisso das partes interessadas.

#### ESTRATÉGIA DE ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO

6. Identificar e compreender as partes interessadas, incluindo a sua capacidade de envolvimento e as suas perspetivas e expectativas, e abordar potenciais riscos relacionados com as partes interessadas e o envolvimento.
7. Desenvolver estratégias formais para o envolvimento continuado e comunicação com as partes interessadas.

#### MEDIÇÃO DO DESEMPENHO E COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS

8. Definir métricas relevantes para medir a eficácia do envolvimento, os resultados e o impacto.
9. Utilizar os resultados do envolvimento para dinamizar a compreensão, a aprendizagem e a melhoria da organização.
10. Comunicar com as partes interessadas de forma adequada, transparente e atempada, de acordo com os limites estabelecidos pela organização em matéria de divulgação.

# O PRINCÍPIO DA MATERIALIDADE

## ★ PRINCÍPIO

**OS DECISORES DEVEM IDENTIFICAR E INDICAR COM CLAREZA OS TÓPICOS DE SUSTENTABILIDADE QUE SÃO MATERIAIS.**

## 🔍 DEFINIÇÕES CHAVE



A materialidade está relacionada com a **identificação e priorização** dos **tópicos materiais de sustentabilidade**, tendo em consideração o **efeito** que cada tópico tem numa **organização** e nas suas **partes interessadas**.

Um tópico material é um tópico que irá influenciar e impactar de forma significativa as **avaliações, decisões, ações** e o **desempenho** de uma organização e/ou das suas partes interessadas no curto, médio e/ou longo prazos.

## DISCUSSÃO

### DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE

Tradicionalmente, o termo *materialidade* tem sido definido no contexto de relatórios financeiros. No entanto, o seu significado inclui agora a divulgação de riscos e oportunidades suscitados por tópicos de sustentabilidade que afetam os domínios ambiental, social e de governança (ESG em inglês) com impacto no desempenho organizacional e/ou das partes interessadas a curto, médio e/ou longo prazo.

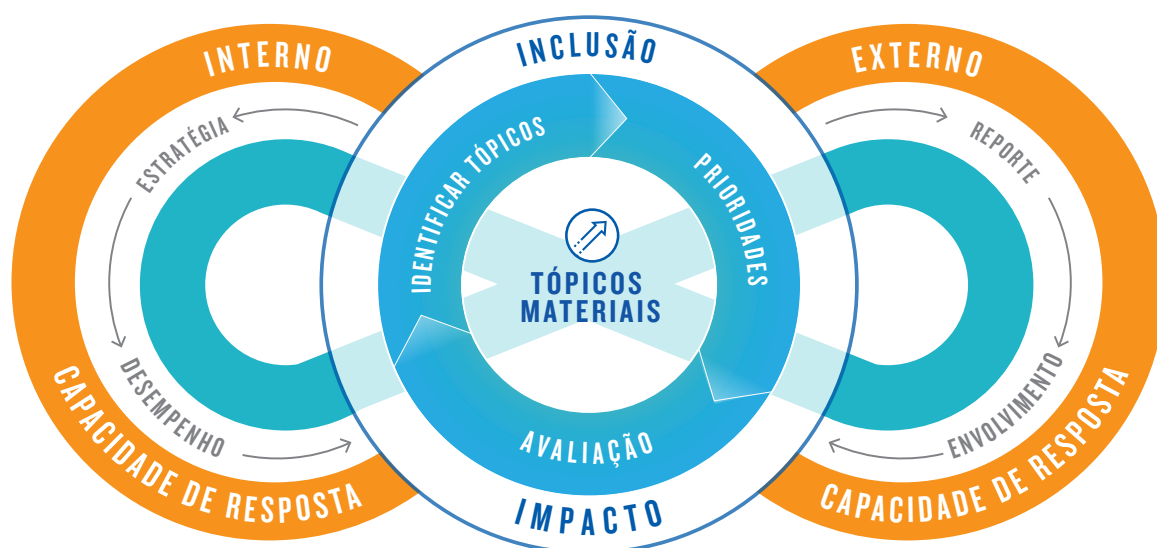
O que se entende por curto, médio e longo prazo deve ser definido por uma organização, de acordo com as suas próprias expectativas e requisitos de comunicação. AccountAbility prioriza um processo de materialidade baseado em princípios, um processo que deve ser utilizado em conjunto (na medida do possível) com um processo de materialidade, baseado em regras relevante para a organização e para o seu ambiente regulamentar (*Consulte também “Âmbito” na Página 13*).

Para tomar decisões informadas e adotar medidas calculadas, uma organização e as suas partes interessadas necessitam de identificar os tópicos que são importantes para o desempenho da organização em termos de sustentabilidade. Os tópicos materiais são aqueles que também afetarão o comportamento da organização e das suas partes interessadas.

Determinar quais são os tópicos materiais requer um processo de determinação de materialidade (*Figura 3*), que avalia os impactos reais e prováveis da estratégia, governança e atividades de uma organização, incluindo:

- a identificação e representação adequada de tópicos relativos ao setor, indústria, geografia, modelo de negócio e estrutura de uma organização;
- a criação de critérios de avaliação claros, equilibrados e replicáveis; e
- uma abordagem de avaliação que esteja integrada nos processos da organização.

Figura 3: Determinação da materialidade



## RECOLHA E ANÁLISE DE CONTRIBUTOS

O processo de determinação da materialidade deve ser desenvolvido de modo a garantir a inclusão e a análise de informações abrangentes e equilibradas. Uma organização precisa de contributos de todas as fontes e partes interessadas relevantes, incluindo fontes internas e externas, abrangendo um período de tempo adequado.

Tais contributos incluem uma vasta gama de informações, para além da informação financeira e dos fatores impulsionadores, incluindo os perfis, preocupações e sugestões das partes interessadas, normas sociais e de entidades homólogas, contexto de sustentabilidade, fatores macroeconómicos e geopolíticos, e referenciais adequados em termos de política, prestação de contas e regulamentares.

A análise das informações recolhidas tem de contemplar os fatores impulsionadores da sustentabilidade, que podem incluir impactos financeiros, e devem ter em conta as necessidades, interesses e prioridades da organização e das suas partes interessadas. A organização é em última instância responsável por determinar, compreender e comunicar os seus tópicos materiais no que respeita à sustentabilidade.

## REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

A determinação da materialidade ou o processo de avaliação devem ser feitos regularmente e em consonância com os processos da organização para o desenvolvimento de estratégias, tomada de decisão, gestão de risco e conformidade, gestão operacional e prestação de contas. A avaliação também deve ser claramente documentada e, quando concluída, divulgada às partes interessadas.

Uma avaliação eficaz da materialidade fornece à organização um conhecimento abrangente sobre o seu contexto ao nível da sustentabilidade, indica quais os tópicos que são materiais ou não, e para quem estes tópicos são materiais e porquê.

Os tópicos materiais de uma organização evoluirão à medida que os tópicos amadurecem, os fatores impulsionadores variam e os conhecimentos melhoram com base nos contributos adicionais dados pelas partes interessadas. Os tópicos materiais também evoluirão se e quando uma organização incluir a sua cadeia de valor na sua gestão de desempenho de sustentabilidade.

## CONSIDERAR IMPACTOS PROVÁVEIS E REAIS

Dada esta evolução contínua, torna-se ainda mais importante a avaliação dos impactos reais e prováveis da estratégia, governança e atividades de uma organização. A magnitude dos impactos avaliados como sendo prováveis numa avaliação pode aumentar ou diminuir nas avaliações subsequentes, nomeadamente quando se compreende melhor um impacto real. A avaliação periódica da evolução dos impactos prováveis contribuirá para o rigor, relevância e eficácia do processo de determinação da materialidade geral de uma organização ao longo do tempo.



### CRITÉRIOS DE ADESÃO NECESSÁRIOS

Os seguintes itens de ação foram desenvolvidos para orientar as organizações na aplicação do Princípio da Materialidade e na monitorização do seu próprio progresso na aplicação do mesmo. O cumprimento dos critérios conduz à adesão ao Princípio. Estes critérios são também utilizados por entidades verificadoras, para avaliar a implementação do Princípio por parte de uma organização.

#### COMPROMISSO, INTEGRAÇÃO E CRIAÇÃO DE CAPACIDADES

1. Estabelecer um processo de determinação de materialidade em toda a organização, robusto, sistemático e contínuo sob a governança dos órgãos de chefia, incluindo um importante envolvimento entre as diversas funções.
2. Assegurar a integração do processo de avaliação em toda a organização, incluindo através de processos relevantes, tais como gestão de risco e conformidade com as leis, regulamentos, bem como as políticas e procedimentos internos.
3. Disponibilizar as competências e os recursos necessários para aplicar os resultados do processo de avaliação de materialidade.

#### DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE

4. Definir limites consistentes e claros, bem como um objetivo, período de tempo e âmbito, para a avaliação da materialidade, com os pressupostos subjacentes devidamente documentados.
5. Identificar e representar de forma adequada os tópicos de uma vasta gama de fontes.
6. Avaliar a relevância dos tópicos materiais de sustentabilidade identificados com base em critérios adequados e explícitos\*.
7. Determinar a significância, a probabilidade e o impacto presente e futuro esperado dos tópicos materiais de sustentabilidade identificados, utilizando critérios e limites adequados\*.
8. Tendo em consideração a dinâmica dos contextos de sustentabilidade, macroeconómicos, geopolíticos e regulamentares e a maturidade dos tópicos e das preocupações, permitindo diferenças ao nível da indústria, geográficas, culturais e operacionais.
9. Incluir um meio de abordar conflitos ou dilemas decorrentes de expectativas divergentes ou contraditórias em relação a tópicos materiais.

#### COMUNICAÇÃO

10. Criar e divulgar uma compreensão abrangente e equilibrada e priorizar os tópicos materiais de sustentabilidade para a organização e para as suas partes interessadas.

*\*Critérios e/ou limiares que são credíveis, claros e compreensíveis, bem como replicáveis, defensáveis e passíveis de serem sujeitos a verificação externa.*

## O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA

### ★ PRINCÍPIO

**AS ORGANIZAÇÕES DEVEM AGIR DE FORMA TRANSPARENTE, NO QUE RESPEITA A TÓPICOS DE SUSTENTABILIDADE MATERIAIS E AOS IMPACTOS RELACIONADOS.**

### 🔍 DEFINIÇÕES CHAVE



A capacidade de resposta é a **reação atempada e relevante de uma organização** aos tópicos materiais de sustentabilidade e aos seus respectivos **impactos**.

A capacidade de resposta é concretizada através de **decisões, ações e desempenho**, bem como **comunicação** com as partes interessadas.

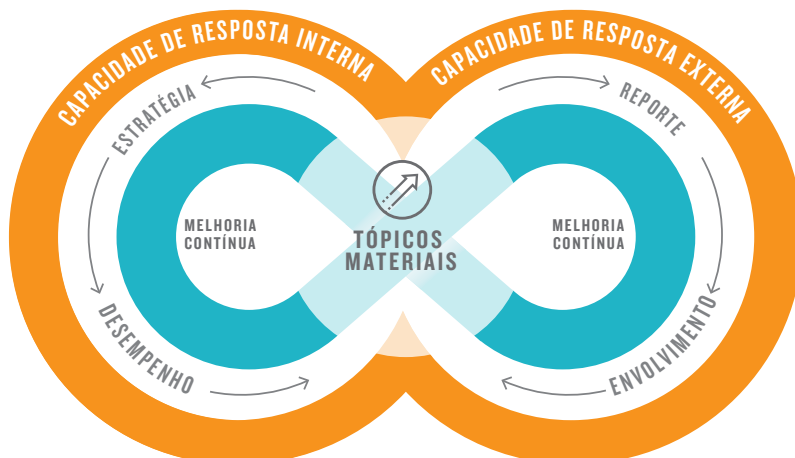
### DISCUSSÃO

#### AGIR SOBRE OS TÓPICOS MATERIAIS

A capacidade de resposta inclui quando e como uma organização responde a tópicos materiais de sustentabilidade e aos impactos relacionados nas suas partes interessadas externas e internas. Uma resposta eficaz está alinhada com os objetivos da organização e integrada na sua estratégia, tendo em conta tópicos materiais identificados e os seus impactos relacionados (*Figura 4*).

As respostas podem incluir estabelecer políticas, objetivos e metas; melhorar estruturas de governança; desenvolver ou promover sistemas e processos de gestão; desenvolver ou implementar planos de ação; envolver partes interessadas; medir e monitorizar o desempenho e os impactos em matéria de sustentabilidade; comunicar; emitir comunicações; e/ou obter verificação.

Figura 4: A capacidade de resposta a tópicos materiais e os seus impactos relacionados



## PRIORIZAR RESPOSTAS

Uma vez que as respostas irão competir pelos recursos disponíveis existentes numa organização, as respostas, tal como os tópicos materiais, devem ser priorizadas e abordadas atempadamente.

A priorização das respostas deve estar alinhada com:

- estratégias e operações organizacionais;
- efeitos das avaliações sobre materialidade e impacto;
- interesses e/ou legitimidade das partes interessadas;
- disponibilidade de recursos;
- calendários e cronogramas de gestão interna e de comunicação; e
- requisitos de comunicação regulamentar.

## DETERMINAR O ÂMBITO

A forma como uma organização responde a um tópico material deve depender da natureza, impacto e priorização do tópico, bem como da maturidade da estratégia, posicionamento, objetivos, políticas, sistemas e processos da organização.

Os recursos são adequados quando permitem a uma organização concretizar os seus compromissos declarados num período de tempo indicado e comunicar as suas respostas de uma forma que tenha em consideração os interesses e as expectativas das partes interessadas. As organizações devem implementar as competências, capacidades e processos necessários para alcançar as respostas com as quais se comprometem.

Uma organização com capacidade de resposta deve responder aos seus tópicos materiais de sustentabilidade, impactos relacionados e partes interessadas de forma abrangente, rigorosa, atempada, acessível e equilibrada. Embora as partes interessadas possam dar contributos para a criação de respostas, as respostas de uma organização podem não ser consistentes com as opiniões de todas as partes interessadas.



### CRITÉRIOS DE ADEÇÃO NECESSÁRIOS

**Os seguintes itens de ação foram concebidos para orientar as organizações na aplicação do Princípio da Capacidade de Resposta e na monitorização do seu próprio progresso na aplicação do mesmo. O cumprimento dos critérios conduz à adesão ao Princípio. Estes critérios são também utilizados por entidades verificadoras, para avaliar a implementação do Princípio por parte de uma organização.**

#### COMPROMISSO, INTEGRAÇÃO E CRIAÇÃO DE CAPACIDADES

- 1. Sob a governança do órgão de chefia principal, incluindo o envolvimento importante das diferentes funções, implementar um processo de criação de respostas relacionadas com tópicos materiais e de comunicação das mesmas às partes interessadas para aplicação em toda a organização.**
- 2. Integrar este processo na organização, incluindo através de processos organizacionais relevantes, tais como gestão de risco, conformidade e desenvolvimento de estratégia.**
- 3. Fornecer as competências e recursos necessários para responder adequadamente a tópicos materiais, utilizando uma gama de tipos de resposta.**

*> Os critérios de adesão necessários continuam na página seguinte*





## CRITÉRIOS DE ADEÇÃO NECESSÁRIOS

### DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE RESPOSTA

4. Implementar um processo de criação de respostas e de comunicação com os intervenientes que seja contínuo e constante.
5. Considerar a relação entre a maturidade, o impacto e a priorização de um tópico e a adequação da resposta.
6. Validar as respostas propostas com as partes interessadas internas e, quando apropriado, com as partes interessadas externas, e garantir a viabilidade tendo em vista a concretização de respostas razoáveis e viáveis.

### IMPLEMENTAÇÃO DAS RESPOSTAS E COMUNICAÇÃO CONTÍNUA

7. Responder de forma a solucionar as necessidades, preocupações e expectativas das partes interessadas.
8. Comunicar às partes interessadas de uma forma abrangente, precisa, atempada, acessível e equilibrada, utilizando princípios de comunicação adequados, referenciais e orientações que suportem a comparabilidade da informação.

## O PRINCÍPIO DO IMPACTO

### ★ PRINCÍPIO

**AS ORGANIZAÇÕES DEVEM MONITORIZAR, MEDIR E RESPONSABILIZAR-SE PELA FORMA COMO AS SUAS AÇÕES AFETAM OS SEUS ECOSSISTEMAS MAIS AMPLOS.**

### 🔍 DEFINIÇÕES CHAVE



**Impacto** é o **efeito** do **comportamento, desempenho** e/ou **efeitos**, por parte de indivíduos ou de uma organização, na economia, no ambiente, na sociedade, nas partes interessadas ou na própria organização.

**Os tópicos Materiais** têm impactos potenciais **diretos** e **indiretos** — que podem ser positivos ou negativos, intencionais ou não intencionais, esperados ou realizados, a curto, médio ou longo prazo.

## DISCUSSÃO

### AVALIAÇÃO DO IMPACTO

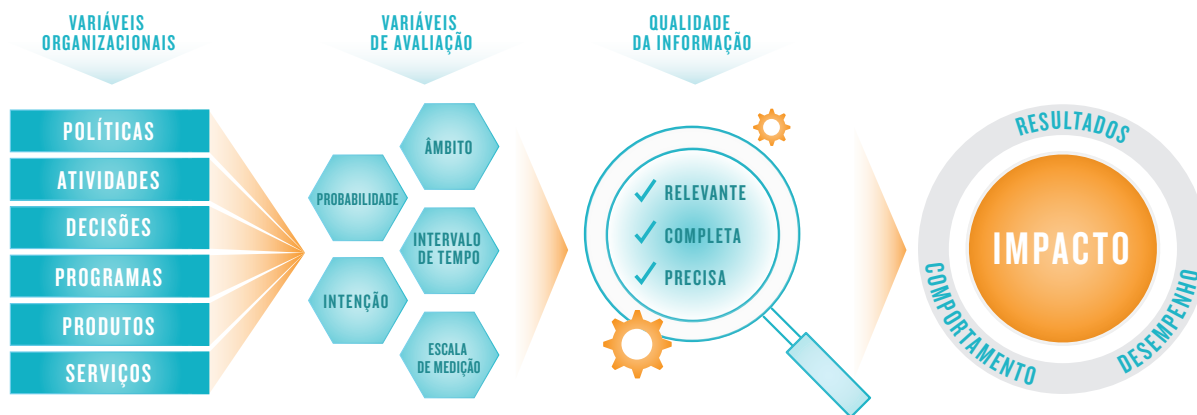
**Reconhecer, compreender, medir, gerir e avaliar o impacto conduz a uma tomada de decisão mais eficaz e a uma gestão baseada nos resultados no seio de uma organização.**

**Impacto** é o resultado dos planos e atividades de uma organização. Também pode ter origem nas suas políticas, programas, decisões, produtos e serviços e desempenho associado (*Figura 5*). O impacto pode criar alteração, valor e oportunidade para uma organização e para as suas partes interessadas — ou ser prejudicial para uma ou ambas as partes.

A avaliação dos impactos reais e prováveis dos tópicos materiais de uma organização requer um processo de gestão eficaz que inclui:

- uma intenção estratégica definida;
- objetivos, valores de partida e limites correspondentes;
- dados/informações *relevantes, completos e precisos*; e
- recursos e competências adequados.

Figura 5: Impacto em termos da sustentabilidade



## MEDIR O IMPACTO

O impacto pode abranger uma série de tópicos ambientais, sociais e de governança e pode ser medido a nível local, regional ou global.

A monitorização, medição e avaliação do impacto podem ser de natureza qualitativa, quantitativa ou monetizada. Também podem focar-se num período de tempo imediato ou de longo prazo, dependendo do contexto de sustentabilidade. Os processos de monitorização, medição e avaliação do impacto devem considerar métricas baseadas na ciência, ética, leis e regulamentos.

Uma série de variáveis chave devem ser consideradas numa avaliação do impacto. Assim, as organizações devem adotar uma abordagem consistente e documentada, mas também suficientemente flexível que considere:

- a intenção estratégica e operacional;
- a maturidade da gestão da sustentabilidade;
- uma variedade de limites e âmbitos, incluindo área geográfica, contexto cultural, atividade organizacional, limites de cada cadeia de valor; e
- vários calendários.

Ao medir um impacto identificado, as organizações devem considerar todas as fontes que também podem contribuir para o impacto, de modo a reduzir a possibilidade de atribuir o impacto incorretamente. Além disso, deve ser incluída uma análise estruturada da probabilidade de impactos.

## INFORMAR AS PRÁTICAS DE COMPROMISSO E COMPENSAÇÃO

Os impactos identificados devem ser incorporados, tanto no compromisso das partes interessadas como no processo de avaliação periódica de materialidade para informar a governança organizacional, estratégia, definição de metas e operações, permitindo assim uma tomada de decisão mais informada e uma maior capacidade de resposta (Figura 3).

A associação da remuneração a curto e longo prazos das chefias ao impacto organizacional através do sistema de gestão do desempenho, é um método eficaz de integração do impacto na tomada de decisão. O princípio de Impacto deve informar sobre a gestão de pessoal, a responsabilidade profissional e as práticas de remuneração dentro de uma organização.

## DIVULGAÇÃO DO IMPACTO

O impacto deve ser medido e divulgado da forma mais equilibrada e eficaz possível, indicando quer as metas concretizadas, quer as metas não concretizadas e tendo em consideração o público-alvo e o objetivo da divulgação.



### CRITÉRIOS DE ADEÇÃO NECESSÁRIOS

Os seguintes itens de ação foram desenvolvidos para orientar as organizações na aplicação do Princípio do Impacto e na monitorização do seu próprio progresso na aplicação do mesmo. O cumprimento dos critérios conduz à adesão ao Princípio. Estes critérios são também utilizados por entidades verificadoras, para avaliar a implementação do Princípio por parte de uma organização.

#### COMPROMISSO, INTEGRAÇÃO E CRIAÇÃO DE CAPACIDADES

1. Realizar processos robustos para compreender, medir, avaliar e gerir os impactos da organização, que são aplicados em toda a organização sob a governança do principal órgão de chefia, incluindo envolvimento importante entre as diferentes funções.
2. Garantir que estes processos são documentados e integrados na organização, incluindo através de processos organizacionais relevantes, tais como gestão de risco, conformidade, desenvolvimento de estratégia e gestão de desempenho.
3. Disponibilizar as competências e recursos necessários para compreender, medir, avaliar e gerir os impactos da organização.
4. Integrar impactos identificados nos processos de gestão chave, por exemplo, no processo de avaliação da materialidade e na estratégia organizacional, governança, definição de objetivos e operações.

#### IDENTIFICAÇÃO DO IMPACTO E DESENVOLVIMENTO DE MÉTRICAS

5. Definir limites consistentes e claros, bem como um objetivo, período de tempo e âmbito, para a avaliação do impacto, com os pressupostos subjacentes devidamente documentados.
6. Estabelecer processos para compreender, medir, avaliar e gerir impactos que sejam credíveis, claros e compreensíveis, bem como replicáveis, defensáveis e passíveis de serem sujeitos a verificação externa.
7. Incluir um meio de capturar e medir impactos reais e potenciais, tais como impactos diretos e indiretos, pretendidos e não pretendidos, e positivos e negativos.
8. Identificar e representar de forma adequada impactos de uma vasta gama de fontes, tais como atividades, políticas, programas, decisões e produtos e serviços, bem como qualquer desempenho relacionado. Além disso, o contexto de sustentabilidade de cada impacto deve ser claramente compreendido.
9. Apresentar impactos como uma medição qualitativa, quantitativa ou monetizada.

#### AValiação DO IMPACTO E DIVULGAÇÃO

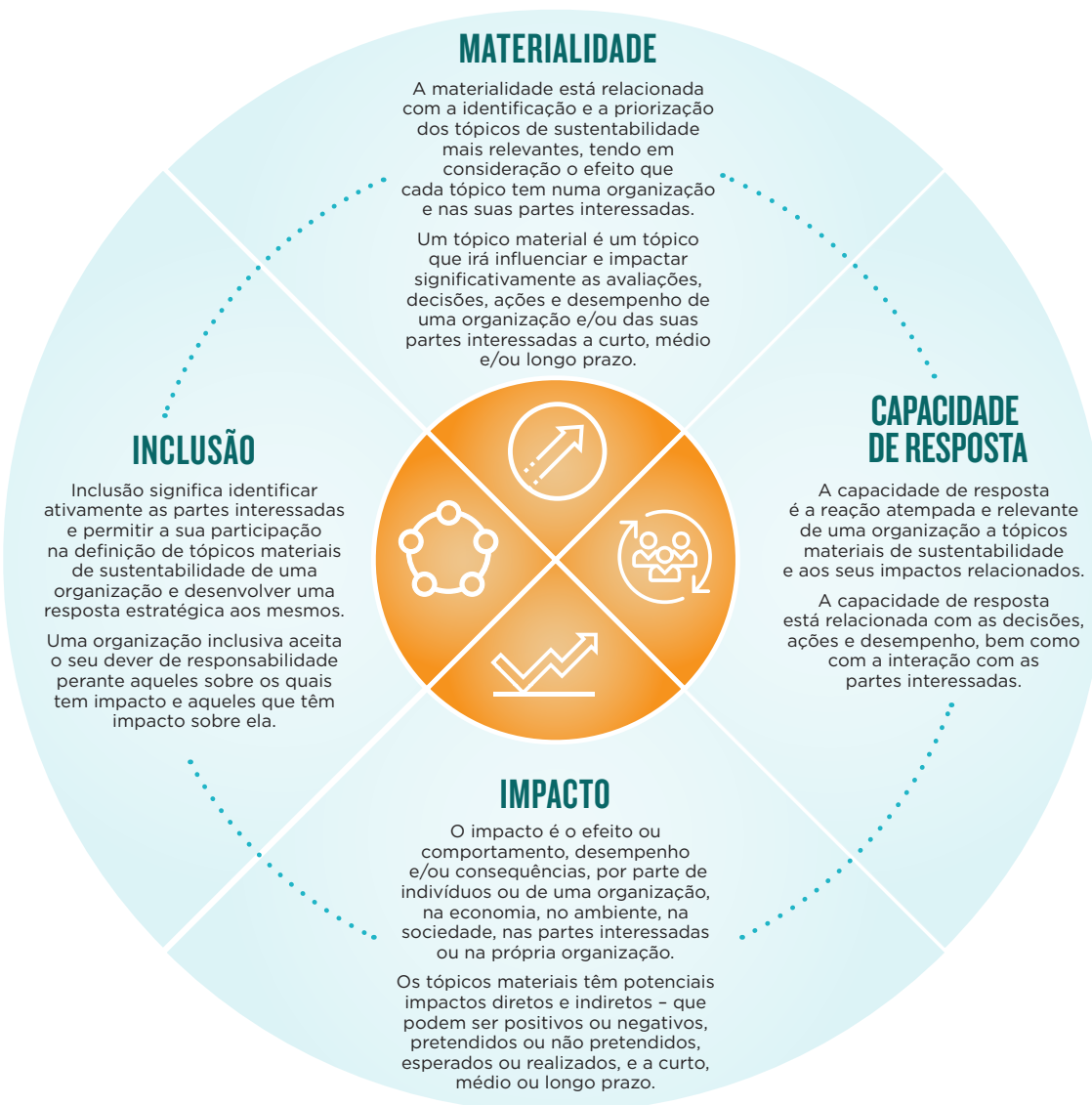
10. Criar e divulgar um conhecimento abrangente e equilibrado da medição e avaliação dos impactos da organização nas partes interessadas e na própria organização.

# APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ACCOUNTABILITY

# APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ACCOUNTABILITY

Quando aplicados em conjunto, os quatro Princípios apoiam a realização de responsabilidade e desempenho de sustentabilidade (Figura 6).

Figura 6: Visão Geral dos Princípios da AccountAbility



Para organizações que estejam a adotar formalmente estes Princípios pela primeira vez, recomenda-se que se envolvam com os primeiros três Princípios pela ordem em que são apresentados neste documento, relacionando e ligando-se ao mesmo tempo com o princípio do Impacto em diferentes fases do processo de gestão.

A adoção dos critérios para Inclusão estabelece um fundamento sólido para abordar os restantes Princípios. No entanto, dependendo da maturidade dos seus sistemas, processos e políticas, uma organização pode igualmente começar com o foco noutro Princípio. O importante é que as organizações concluam o trabalho dos quatro Princípios que, com o passar do tempo, interagem num único processo contínuo.

Para organizações com experiência na incorporação dos Princípios na sua governança, gestão e operações, uma avaliação em função dos Princípios, sem qualquer ordem específica, pode ser mais adequada, com base no contexto e características individuais da organização.

## ADESÃO E VERIFICAÇÃO

As organizações devem concluir a adoção dos quatro Princípios (*Figura 6*) para se considerar a sua adesão aos Princípios da AccountAbility. Uma organização deve documentar formalmente a prova de adesão aos critérios; isto será necessário, nomeadamente, no caso de um processo de verificação no que respeita aos Princípios.

A adesão por parte das organizações reladoras é avaliada através da AA1000AS por entidades verificadoras licenciadas pela AccountAbility. Esta avaliação tem em consideração a maturidade e a dimensão da organização relatora. (*Consultar o Anexo A “Trabalhar com a AA1000AP (2018)”*.)

A adesão ao princípio de **INCLUSÃO** assegura que todas as perspetivas relevantes das partes interessadas são consideradas na determinação da materialidade e impacto para a formulação de respostas relevantes e devidamente dimensionadas.

A adesão ao princípio de **MATERIALIDADE** assegura que os tópicos mais relevantes e significativos e os fatores impulsionadores subjacentes que afetam uma organização e os seus intervenientes, são identificados e priorizados para uma resposta adequada.

A adesão ao princípio de **CAPACIDADE DE RESPOSTA** assegura as decisões, ações e desempenho de uma organização, incluindo a comunicação, incorporação de tópicos materiais e os seus impactos relacionados.

A adesão ao princípio de **IMPACTO** garante a monitorização, medição e avaliação dos efeitos do comportamento, desempenho e efeitos de uma organização na economia, no ambiente, na sociedade, nas partes interessadas e na própria organização.

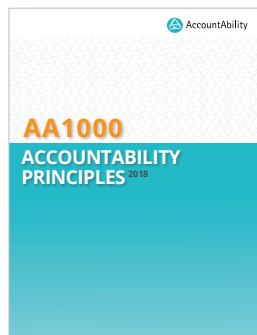
# ANEXOS



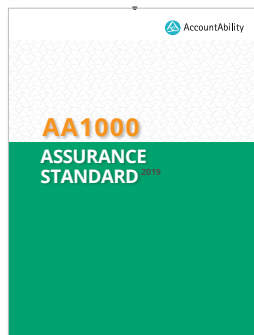
# A.

## SÉRIE DE NORMAS AA1000

A Série AA1000 consiste num conjunto de Princípios Orientadores e duas Normas



AA1000 AccountAbility  
Principles (2018)



EM BREVE - AA1000  
Assurance Standard  
(2019)



AA1000 Stakeholder  
Engagement Standard  
(2015) - Revisão em curso

## TRABALHAR COM A AA1000AP (2018)

A AA1000AP (2018) é um referencial internacionalmente aceite, assente em princípios e orientações que as organizações podem utilizar para identificar, priorizar e responder aos desafios de sustentabilidade para melhorar o desempenho a longo prazo.

Os Princípios AA1000 da AccountAbility são utilizados como base para as Normas AA1000. A AA1000AP (2018) representa um importante e reconhecido enquadramento internacional, que é utilizado para avaliar o desempenho de gestão de sustentabilidade de uma organização em função de um conjunto coerente de princípios. Além disso, o seu conjunto verificável de Princípios e critérios claros pode ser utilizado em conjunto com qualquer norma, referencial ou diretriz de sustentabilidade baseada num setor, mercado ou tópico.

Os Princípios também foram desenvolvidos para serem sujeitos a verificação externa por parte de entidades verificadoras utilizando a AA1000 Assurance Standard (AA1000AS). A utilização da AA1000AS por entidades verificadoras está sujeita à assinatura e adesão aos termos do acordo de licenciamento formal para entidades verificadoras da AccountAbility.

A AA1000 Stakeholder Engagement Standard (AA1000SES) exige que as organizações assumam um compromisso formal com os Princípios da AccountAbility como critério para um envolvimento de alta qualidade das partes interessadas.

A referência a qualquer conteúdo da AA1000AP (2018) deve ser reconhecida em todas as comunicações internas e externas relevantes das organizações declarantes.

## B.

### EVOLUÇÃO DAS NORMAS AA1000 DA ACCOUNTABILITY

1999

#### PRINCÍPIOS DA ACCOUNTABILITY PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A **Norma AA1000**, a plataforma fundamental da Série de Normas AA1000, foi formalmente publicada em 1999. A Norma foi desenvolvida para reforçar a qualidade das normas de responsabilidade especializadas e também para servir como um **sistema autônomo para orientar, gerir e comunicar a responsabilização e o desempenho ao nível social e ético**.

2005

#### AA1000 STAKEHOLDER ENGAGEMENT STANDARD

Para apoiar a concretização por parte das organizações do Princípio da Inclusão, as orientações sobre como desenvolver e realizar o envolvimento com as partes interessadas evoluíram na **AA1000 Stakeholder Engagement Standard (2005)**. A AA1000SES (2005) é reconhecida como a **primeira norma internacionalmente aceite** a ser publicada sobre o envolvimento com as partes interessadas.



#### AA1000 ASSURANCE STANDARD

Esta **primeira edição** da **AA1000 Assurance Standard** foi publicada como a **primeira norma mundial de verificação de sustentabilidade**. Sendo o resultado de uma consulta mundial ao longo de dois anos, a Norma de Verificação foi desenvolvida para **garantir a credibilidade e a qualidade do desempenho e da comunicação em matéria de sustentabilidade**.

2003

#### AA1000 ASSURANCE STANDARD

Em 2008, a segunda edição do **AA1000 Assurance Standard** foi publicada, incluindo revisões e melhorias que se focaram especificamente em trabalhos de verificação de sustentabilidade.

#### NORMA AA1000 DE PRINCÍPIOS DA ACCOUNTABILITY

Durante a consulta para a revisão da AA1000 Assurance Standard (2008), foi alcançado um consenso no sentido da colocação dos **Princípios AA1000 da AccountAbility** numa **norma separada** para permitir uma aplicação mais abrangente e facilitar a sua utilização em trabalhos de verificação de sustentabilidade.

2008

## 2015

### AA1000 STAKEHOLDER ENGAGEMENT STANDARD

Tendo em consideração o feedback da primeira versão e a análise crítica de especialistas após um processo de base alargada envolvendo as diferentes partes interessadas, o Projeto de Norma AA1000SES lançado em 2011 foi editado, aperfeiçoado, validado e publicado como **Norma de Compromisso das Partes Interessadas A1000 (AA1000SES, 2015) final**.

## 2018

### PRINCÍPIOS AA1000 DA ACCOUNTABILITY

Durante o período de revisão da AA1000AS (Assurance Standard), o feedback das partes interessadas proporcionou um consenso no sentido da AA1000 AccountAbility Principles Standard ser objeto de um processo estruturado de repensamento e revisão formal.

Para promover a **relevância e aplicabilidade** dos **Princípios AA1000**, foi decidido que abandonariam o formato e expectativas associadas a uma norma, assumindo a **forma de um quadro geral e mecanismo de orientação para uma gestão e comunicação de sustentabilidade assentes em princípios**.

Além disso, foi acrescentado **um quarto Princípio — Impacto —**, ao mesmo tempo que foi realizada uma atualização das definições, explicações e critérios relacionados com os três Princípios originais — Inclusão, Materialidade e Capacidade de Resposta — de modo a refletir a evolução da sustentabilidade como um todo desde a primeira publicação dos Princípios.

**Os Princípios AA1000 (2018) da AccountAbility são uma estrutura flexível, aplicável e prática** concebida para sustentar e moldar as normas globais da AccountAbility, a na AA1000 Assurance Standard (AA1000AS) e a AA1000 Stakeholder Engagement Standard (AA1000SES).

### A1000 ASSURANCE STANDARD

Em 2019, vai ser publicada uma edição revista da **AA1000 Assurance Standard**, e incluirá **atualizações, revisões e melhorias**. Focar-se-á na adesão das organizações aos **Princípios AA1000 da AccountAbility (2018)** em trabalhos de verificação de sustentabilidade através de licenciamento obrigatório.

## 2019

## C.

### DEFINIÇÕES RELACIONADAS

#### ATIVIDADE

Trabalho realizado, com um consumo de recursos necessários por um período de tempo.

#### VERIFICAÇÃO

Os métodos e processos utilizados por uma entidade verificadora para avaliar as divulgações públicas de uma organização sobre o seu desempenho, bem como os dados, processos e sistemas subjacentes, em função de critérios e normas adequados para aumentar a credibilidade da divulgação pública. A verificação inclui a comunicação dos resultados do processo de verificação numa declaração de verificação.

#### COMPROMISSO DE VERIFICAÇÃO

Um trabalho em que uma entidade verificadora avalia e expressa uma conclusão sobre a divulgação de uma organização sobre o seu desempenho e processos, sistemas e controlos subjacentes em relação a critérios adequados para melhorar a credibilidade e legitimidade das informações para a audiência pretendida.

#### ENTIDADE VERIFICADORA

Uma entidade verificadora é uma organização independente que avalia e expressa uma conclusão sobre a divulgação pública da organização relativamente ao seu desempenho e processos, sistemas e controlos subjacentes em relação a critérios adequados.

#### LIMITES DE DIVULGAÇÃO

As informações que os proprietários do trabalho irão partilhar com as partes interessadas e que partes interessadas podem partilhar fora do processo do trabalho.

#### ESG

Ambiental, social e governança (ESG, em inglês) refere-se aos três fatores centrais na medição da sustentabilidade e do desempenho ético de uma organização.

#### GOVERNANÇA

Políticas e monitorização contínua da implementação pelos membros de um organismo responsável. A governança inclui os mecanismos necessários para equilibrar e especificar os poderes dos membros, para realizar os seus deveres esperados.

#### INFLUÊNCIA

A capacidade de ter um efeito sobre o desenvolvimento, comportamento e/ou ações de alguém ou algo, ou o próprio efeito.

#### EFEITO

Alterações ou benefícios resultantes de um resultado.

#### RESULTADO

O resultado imediato de uma atividade.

#### DESEMPENHO

Os resultados das atividades ao longo de um período de tempo.

#### POLÍTICA

Um conjunto de princípios básicos e diretrizes associadas, formuladas e aplicadas por um organismo relevante.

### ORGANIZAÇÃO RELATORA

Uma organização que é responsável pela preparação e publicação de divulgações públicas sobre tópicos de sustentabilidade, e que contrata uma entidade verificadora para efetuar um trabalho de verificação relacionado com o seu relatório de sustentabilidade.

### PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas são os grupos que afetam e/ou podem ser afetados pelas atividades, produtos ou serviços de uma organização e pelo desempenho a esta associado. Isto não inclui todos aqueles que possam ter conhecimento ou opiniões sobre a organização. As organizações têm muitas partes interessadas, cada uma com diferentes tipos e níveis de envolvimento, e muitas vezes com interesses e preocupações diversas que, por vezes, estão em conflito entre si.

### ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

O envolvimento com as partes interessadas é o processo utilizado por uma organização para envolver as partes interessadas relevantes, com o objetivo de alcançar os efeitos acordados.

### ESTRATÉGIA

Um plano de ação escolhido para alcançar um objetivo desejado.

### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. *(Fonte: relatório da Comissão Brundtland: Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento de 1987.)*

### SUSTENTABILIDADE

A gestão responsável do impacto social, ambiental, económico e de governança para melhorar o desempenho organizacional a longo prazo e o desenvolvimento da sociedade.

# D.

## O GRUPO DE TRABALHO AA1000AP (2018) DA ACCOUNTABILITY

<b>Sr.ª Sara Desmith</b>	Sócia, Responsável de Assurance — Sustainable Business Solutions, PricewaterhouseCoopers, EUA ( <i>até janeiro de 2017</i> )
<b>Sr.ª Marcela Duron</b>	Diretora Sênior, Climate Change & Sustainability Services, Ernst & Young, EUA
<b>Dr. Glenn Frommer</b>	Sócio-gerente, ESG Matters IVS, Copenhaga, Dinamarca
<b>Sr. Terence Jeyaretnam</b>	Sócio, Climate Change and Sustainability Services, Ernst & Young, Austrália
<b>Sr.ª Monika Kumar</b>	Especialista Ambiental, Programa de Responsabilidade Corporativa, Banco Mundial, EUA
<b>Dr. K.M. Loi</b>	Diretor executivo, KM Loi & Associates, Malásia
<b>Sr.ª Paula Luff</b>	Diretora, Sustainability and Impact, Inherent Group, EUA
<b>Dr. Colin Morgan</b>	Consultor Principal, DNV GL, Reino Unido
<b>Sr. Prathmesh Raichura</b>	Diretor, Climate Change and Sustainability Services, KPMG, Índia
<b>Dr. Sied Sadek</b>	Diretor Executivo (CEO), DQS CFS, Alemanha
<b>Sr. Murray Sayce</b>	Principal (Sustentabilidade Empresarial), ERM CVS, Reino Unido (Presidente)
<b>Dr. Vladimir Skobarev</b>	Sócio, Responsável de Governança de Organizações e Sustentabilidade, FBK Grant Thornton, Rússia





AccountAbility

[www.accountability.org](http://www.accountability.org)